

A instabilidade não é boa para ninguém Econ - Brasil

Alcides Siqueira
Gomes (*)

O cenário político brasileiro encontra-se confuso. As propostas de entendimentos costumam referir-se a um pacto social. Agora, distinguir pactos sociais de pactos políticos não é mera preferência por palavras, mas a própria natureza do tipo de negociação e (por que não?) do tipo de parceiros que se tem em mente. Diríamos então que pactos realmente sociais têm uma natureza substantiva e dizem respeito a acordos sobre questões econômicas, tais como: salários, preços, distribuição de renda (se tiver o que distribuir, é claro), índices de investimento, de crescimento econômico, de crescimento populacional, bem como nível de emprego e política tributária.

No Brasil, o termo pacto social tem assumido conotação ainda mais estreita, restringindo-se, na prática, a uma proposta de trégua sindical em torno de questões salariais, mas na verdade, em sentido econômico amplo, pactos sociais exigiriam, para a sua realização, organizações representativas dos setores diretamente interessados na política econômica, tais como organizações ou representações patronais, sindicatos operários, partidos políticos e governo.

Como existe um alto grau de estatização na economia brasileira, o papel do governo nesse tipo de pacto é particularmente importante, pois ele irá atuar como agente econômico, como árbitro, como mediador, como juiz que garante o cumprimento do acordo ou como todas essas coisas simultaneamente. Só que, ao dar sua posição como agente múltiplo, o governo facilmente pode inviabilizar qualquer pacto dessa natureza por omissão ou por atropelamento.

A verdade é que se estabeleceu em nosso país, como na Velha República, uma continuidade muito maior do que se esperava e se previa no que diz respeito à limitação dos poderes do Executivo, no uso do decreto-lei, na aprovação de leis por decurso de prazo, na Lei de Segurança Nacional, na vinculação do Judiciário, no Legislativo

sem forças e outros temas diversos.

Até agora as lideranças do partido dominante procuraram assegurar sua participação no Executivo através do controle de posições no Ministério. A distribuição de cargos, iniciada pelo presidente que não tomou posse, como instrumento de consolidação da Aliança Democrática, que poderia ter sido um elemento secundário na transição, transformou-se numa questão política essencial e permanente. Foi nesse terreno que se travaram as grandes lutas políticas entre os componentes da coalizão original, submergindo freqüentemente as questões substantivas numa acirrada disputa por cargos, que acabou constituindo um traço marcan-

te da chamada Nova República.

A paralisação política, que caracterizou esse período inicial, começou a romper-se com o agravamento dos problemas econômicos. O crescimento da inflação e as pressões resultantes do pagamento da dívida externa criaram um quadro de desestabilização.

Nessa situação é frequente que o Executivo tente obter da sociedade um mandato que lhe permita libertar-se dos controles dos partidos e do Legislativo.

No entanto, enquanto a teoria do pacto social pressupõe um acordo prévio entre os setores políticos e sociais, para a formulação posterior da política adequada, a pressão da crise econômica leva o governo a agir numa direção contrá-

ria: adota primeiro as decisões, investido do consenso da demanda por intenções, e busca apoio do povo via entrevistas e meios publicitários.

Nessa situação de indefinição política e institucional, o governo é tentado a reagir às pressões para que tome medidas de contenção da inflação utilizando os mecanismos de poder que herdou do período autoritário, decretando medidas que têm eficácia aparente a curto prazo. Entretanto, dada sua fragilidade de base parlamentar, não consegue sustentação política para aplicar uma política econômica consistente e de longo prazo.

Assim, estabelece-se uma contínua desestruturação da política econômica, enquanto o governo procura controlar a crise atra-

vés de medidas de choque que enfrentam violenta oposição, traduzindo demandas concretas dos setores que se sentem prejudicados. Estamos então com uma política econômica do governo encarada como autoritária, sem sustentação política, pois a ação político-partidária é incapaz de propor políticas alternativas.

O que realmente existe hoje é um distanciamento entre a política e a sociedade, oriundo de uma ineficiência governamental, ou seja, uma crise de governabilidade que corrói, e a cada dia que passa essa distância aumenta e com grande perigo para a democracia, piorando cada vez mais a credibilidade do governo e da política. Por isso, mais do que nunca hoje precisamos de instituições

fortes e sérias que estabeleçam mediações mais eficazes entre as instâncias de governo e a população, fortalecendo os mecanismos de representação.

Concluindo, diria que o maior desafio dessa situação de instabilidade na política brasileira seria saber quem poderá realizar o único pacto possível nessas circunstâncias: um pacto político que realize a tarefa de encerrar de uma vez por todas este desgastante período chamado por muitos de transição, e finalmente inaugurar uma nova etapa na história da democracia no Brasil, que infelizmente até o momento não aconteceu.

(*) Diretor do grupo Somaco e presidente da Associação Comercial e Industrial de Mairingá (PR).